



Ciência Política: **Poder e Establishment** **2**

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciência política: poder e establishment 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-116-6

DOI 10.22533/at.ed.166213105

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências Políticas caracterizam-se como um campo de estudos e práticas em constante evolução e transformações conceituais, discursivas e temáticas que têm sistematicamente passado por diferentes renovações analíticas, teórico-metodológicas e de objetos ao longo do tempo, contribuindo assim para uma prolífera agenda de pesquisas com diferentes níveis de foco e abrangência.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment* 2” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das Ciências Políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fundamentado por uma pluralidade epistemológica e por distintos níveis de análise no campo das Ciências Políticas, o presente livro apresenta 21 capítulos que obedecem a uma lógica de funil em três partes identificadas, respectivamente por micro, meso e macroanálises sobre os diferentes temas e atores que manifestam campos de poder e de ação política.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de distintos estados de todas as macrorregiões brasileiras, este livro faz um imersivo estudo sobre com base em microanálises sobre movimentos sociais e realidades locais, mesoanálises focadas nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, e, macroanálises relacionadas a temas nacionais e internacionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados por estudos políticos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APOIO AOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIAS COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso do RECOOPSOL

Elizabete Maria da Silva

Nely Tocantins

Josita da Rocha Priante

Thamara Nayme de Arruda Nascimento

Oscar Zalla Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.1662131051

CAPÍTULO 2..... 12

A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA ATÉ AS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Livia Almeida Dutra

DOI 10.22533/at.ed.1662131052

CAPÍTULO 3..... 23

A ONTOLOGIA DO BIOPODER PATRIARCAL: O TRAUMA SILENCIOSO DA FEMINIZAÇÃO

Maria Lidia Mattos Valdivia

DOI 10.22533/at.ed.1662131053

CAPÍTULO 4..... 35

AS MULHERES RURAIS SINDICALISTAS: LUTANDO E CONQUISTANDO ESPAÇO

Arminda Rachel Botelho Mourão

Vanessa Fernandes Miranda

DOI 10.22533/at.ed.1662131054

CAPÍTULO 5..... 46

MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE

Rosana da Silva Chagas

DOI 10.22533/at.ed.1662131055

CAPÍTULO 6..... 54

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TERRITORIAL NO PIAUÍ (2007-2020)

Conceição de Maria dos Santos Moura

Maria D'Alva Macedo Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.1662131056

CAPÍTULO 7	67
CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1662131057	
CAPÍTULO 8	80
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ	
Clarissa Flávia Santos Araújo	
Alyne Maria Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1662131058	
CAPÍTULO 9	92
LUTA PELO RECONHECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO	
Amanda Jaqueline Reis Pereira	
Eva Erlene Franco de Sousa	
Layla Kelly Santos da Silva	
Vanessa Magalhães da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1662131059	
CAPÍTULO 10	103
PAISAGENS CULTURAIS NAS TOADAS DO BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO	
Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves	
Domingos Bandeira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.16621310510	
CAPÍTULO 11	115
A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NOS NEGÓCIOS DE PEQUENO PORTE EM ALAGOAS: DESIGUALDADES REVELADAS E A NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL	
Laudeny Fábio Barbosa Leão	
DOI 10.22533/at.ed.16621310511	
CAPÍTULO 12	128
A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINOAMERICANA?	
Ana Tereza Duarte Lima de Barros	
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha	
Katharyne de Andrade Santos	
Lidiane Pascoal Santana	
Luma Neto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310512	

CAPÍTULO 13	150
ESTADO MÍNIMO PRA QUEM? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERISMO NO BRASIL	
Ingred Lydiane de Lima Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16621310513	
CAPÍTULO 14	161
DOS FATOS ÀS VERTIGENS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	
Elyelthon Silva Álvares	
José Ramiro Esteves Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.16621310514	
CAPÍTULO 15	172
ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUA PREVENÇÃO MEDIANTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
Dalila Pereira Machado	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.16621310515	
CAPÍTULO 16	182
INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	
Luiz Renato de Souza Justiniano	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16621310516	
CAPÍTULO 17	193
POBREZA E O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL?	
Carmem Letícia dos Santos	
Francislane Viana da Cruz	
Maria de Jesus da Silva Lopes	
Thais Tássia Pereira da Silva	
Camila dos Santos Sampaio Carvalho	
Nágila Silva Alves	
Iracema Soares de Oliveira	
Beatriz de Oliveira Lima	
Faustina Emanuelle Nunes Alves	
Johnes Wallas de Sousa Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310517	
CAPÍTULO 18	203
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Carmem Letícia dos Santos	

Francislane Viana da Cruz
Maria de Jesus da Silva Lopes
Thais Tássia Pereira da Silva
Camila dos Santos Sampaio Carvalho
Nágila Silva Alves
Iracema Soares de Oliveira
Beatriz de Oliveira Lima
Faustina Emanuelle Nunes Alves
Johnes Wallas de Sousa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.16621310518

CAPÍTULO 19.....213

ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AMEAÇAS À DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Avelina Alves Lima Neta
Angela Vieira Neves
Flávio Bezerra de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.16621310519

CAPÍTULO 20.....232

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NAS EXPERIÊNCIAS PÓS-REVOLUÇÕES SOCIALISTAS DE CHINA E CUBA

Ana Elisa Rola Rodrigues
Guilherme Moreira Romera da Silva

DOI 10.22533/at.ed.16621310520

CAPÍTULO 21.....240

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA HÍBRIDA NA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À FEDERAÇÃO RUSSA

Humberto José Lourenção

DOI 10.22533/at.ed.16621310521

SOBRE O ORGANIZADOR.....253

ÍNDICE REMISSIVO.....254

ESTADO MÍNIMO PRA QUEM? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERISMO NO BRASIL

Data de aceite: 21/05/2021

Ingred Lydiane de Lima Silva

Graduada em Serviço Social. Mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

RESUMO: Com base no referencial teórico-metodológico marxista, este artigo tem como objetivo analisar o avanço do neoliberalismo e a ofensiva da acumulação capitalista contra o trabalho no desmonte do Estado brasileiro. O mesmo Estado neoliberal que garante a promoção de uma estrutura favorável para um mercado é o que combate os sistemas de proteção social, a essência do neoliberalismo não é a simples redução da intervenção estatal, mas a necessidade de um Estado direcionado a reprodução do capital.

PALAVRAS - CHAVE: Neoliberalismo; reprodução do Capital; Estado Brasileiro.

ABSTRACT: Based on the Marxist theoretical and methodological framework, this article aims to analyze the advance of neoliberalism and the offense of capitalist accumulation against work in the dismantling of the Brazilian State. The same neoliberal state that guarantees the promotion of a favorable structure for a market is the one that combats social protection systems, the essence of neoliberalism is not the simple reduction of state intervention, but the need for a state aimed

at the reproduction of capital.

KEYWORDS: Neoliberalism; reproduction of Capital; Brazilian State.

1 | INTRODUÇÃO

A ofensiva neoliberal avança no mundo como uma resposta do capitalismo ao ciclo econômico depressivo, a essência dessa expansão é encontrar condições para direcionar os Estados segundo interesses de classe. A necessidade de reduzir as barreiras comerciais vem colocando em cheque a soberania dos Estados. As instituições multilaterais, com destaque para o FMI e a OMC, foram o caminho para o avanço do Estado neoliberal, com o suposto objetivo de proteger a falência dos Estados-nações, essas instituições impõem ajustes estruturais como condição para negociar as dívidas e liberar novas linhas de crédito. A expressão dos ajustes estruturais são medidas de austeridade fiscal que baixam o padrão de vida dos trabalhadores.

Dessa forma, com base no referencial teórico-metodológico marxista, este artigo tem como objetivo analisar o avanço do neoliberalismo e a ofensiva da acumulação capitalista contra o trabalho no desmonte do Estado brasileiro. Estudar a intervenção do Estado nas relações de produção capitalista requer um olhar dialético, pois apesar da função fundamental do Estado ser o subsídio da

reprodução do capital, a forma como ele intervém depende das condições de cada contexto histórico e de cada formação social.

2 I ESTADO, LUTA DE CLASSES E REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Em seu livro “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, Engels (1984) analisa que o Estado não é algo inerente a história da humanidade, mas sim uma instituição que surge com desenvolvimento da sociedade de classes, enquanto um terceiro poder funcional a classe dominante e a manutenção da exploração da força de trabalho escravo. A tese do autor é que a divisão do trabalho alienado fazia surgir uma sociedade dividida por classes que possuíam interesses antagônicos e irreconciliáveis, sendo assim, a sociedade viveria em luta aberta e incessante ou sob o domínio de um terceiro poder funcional a classe dominante. Dessa forma, apesar do Estado se mostra neutro em relação a mediação das classes em luta, ele é uma instituição que surge para controlar as relações sociais e mediar os interesses da classe dominante.

Nesse sentido, não é à toa que Marx (1988) ao discorrer sobre o modo de produção capitalista conceitua o Estado como “comitê executivo da burguesia”. Se o Estado na sociedade de classes, independentemente do modo de produção, tem como papel a manutenção do poder da classe dominante, no capitalismo o Estado cumpre o dever de responder aos interesses da sua classe dominante: burguesia.

Dessa forma, Marx (1998) e Engels (1984) fazem uma crítica a concepção jusnaturalista de Estado, que compreende o Estado como uma instituição emancipatória e positiva, que contribui com a racionalização das relações sociais através da disciplina. Em contraponto, os autores mencionados discutem que o Estado é uma instituição funcional a exploração pelo seu caráter coercitivo.

Destarte, subsidiado pelo marxismo mas vivenciando um novo contexto histórico do capitalismo, Gramsci levanta novas discussões sobre a concepção de Estado. O autor concorda com a tese de que o Estado burguês tem um caráter coercitivo de dominação, porém para ele, essa instituição se complexificou ao passo em que o desenvolvimento do capitalismo acarretou mudanças nas relações sociais. Dessa forma, ele compreende que o caráter coercitivo é apenas uma das faces do Estado.

Para Gramsci, o desenvolvimento do capitalismo acarreta mudanças na política, pois o processo de socialização faz emergir novos organismos de atuação política, os quais ele denomina de aparelhos privados de hegemonia pois se afastam da atuação do Estado restrito. Partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais, escolas, meios de comunicação e igrejas são exemplos de aparelhos privados de hegemonia, que para Gramsci, estruturam a sociedade civil (ADAMAS; PFEIFR, 2006).

Em suma, Gramsci contribuiu com a concepção marxista sobre o Estado em um novo contexto do capitalismo, pois analisou que o Estado é funcional a classe dominante

porque ela possui a hegemonia dos aparelhos privados e portanto o comando da sociedade política que está dialeticamente interligada, entretanto, essa hegemonia está em constante tensionamento nas relações sociais. Logo, o Estado também pode ser funcional a classe trabalhadora através do tensionamento de classes, contudo, assume predominantemente uma atuação funcional a burguesia pois seus interesses possuem a hegemonia nesta sociedade.

Diante do exposto, no modo de produção capitalista o Estado cumpre um papel determinante na reprodução do capital, tanto na sustentação da estrutura de classes através do controle da classe explorada, como na criação de condições gerais para as relações de produção (NETTO, 2011; IAMAMOTO, 2008). Para cumprir com suas funções, o Estado utiliza-se de medidas repressivas e integradoras, que estão dialeticamente interligadas.

Pertencem ao domínio do Estado: criar condições gerais da produção, que não podem se assegurar pelas atividades privadas dos grupos dominantes; controlar as ameaças das classes dominadas ou frações das classes dominantes, através de seu braço repressivo (exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário); e integrar as classes dominantes, garantindo a difusão da sua ideologia para o conjunto da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p. 120).

Segundo Netto (2011), as funções políticas do Estado imbricaram-se organicamente com as suas funções econômicas durante a fase monopolista do capital, o Estado burguês passa a assumir uma multiplicidade de funções, corroborando de forma direta e indireta para reprodução das relações de produção. Dentre as funções diretas: manutenção de empresas estatais responsáveis por setores não rentáveis e pelo fornecimento de matérias-primas por custo barato, controle de empresas capitalistas com dificuldades, venda de empresas públicas construídas com o dinheiro público, além de diversos subsídios, dentre eles, incentivos fiscais. Já no rol das funções indiretas: a compra de produtos a grupos monopolistas, investimento público em meios de transporte e infra-estrutura, qualificação da força de trabalho e subsídio a pesquisas.

Sendo assim, analisar a intervenção do Estado nas relações de produção capitalista requer um olhar dialético, pois apesar da função fundamental do Estado ser o subsídio da reprodução do capital, a forma como ele intervém depende das condições de cada contexto histórico e em cada formação social.

3 | OFENSIVA NEOLIBERAL

Em sua essência, a teoria neoliberal defende que o mercado deve ser a instância mediadora da sociedade. Teoricamente, faz oposição direta as ideias de Keynes, pois defende que a intervenção do Estado na economia deve ser mínima, criticando assim as funções reguladoras estatais e os direitos sociais. No plano ideo-cultural faz críticas a democracia, a igualdade e a justiça social, para o pensamento liberal a desigualdade não é

um problema, mas algo natural e positivo, já que são as diferenças que contribuem com o crescimento da sociedade através da competição.

A teoria neoliberal argumenta que a liberdade nos negócios é o melhor meio para se obter o desenvolvimento da sociedade, o Estado teria como papel assegurar a defesa da propriedade privada e dos direitos individuais. Manter o mercado livre, longe de qualquer regulamentação, seria a chave para se obter a garantia dos direitos individuais. Para o neoliberalismo ortodoxo, a promoção de privatizações, a desregulamentação do mercado e o estímulo a competição proporciona um ambiente de desburocratização de serviços, aumenta a eficiência e produtividade, baixa o custo dos produtos e que garante uma melhor qualidade de vida para sociedade.

É difícil enquadrar o neoliberalismo em um conceito fechado, “a prática da neoliberalização evoluiu de tal modo que se afastou ponderavelmente do modelo que a teoria oferece” (HARVEY, 2008, p. 75). Harvey (2008) destaca que é preciso considerar *os desvios da teoria na prática*, já que existe um antagonismo atual entre os interesses das instituições financeiras e ortodoxia neoliberal, é contraditório por exemplo, a tolerância dos Estados frente às más decisões e fracassos das instituições financeiras.

Como bem afirma Netto e Braz (2007), o Estado Mínimo trata-se de um “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (2007, p.231). O mesmo Estado neoliberal que garante a promoção de uma estrutura favorável para um mercado é o que combate os sistemas de proteção social (NETTO, 2012). A essência do neoliberalismo não é a simples redução da intervenção estatal, mas a necessidade de um Estado direcionado a reprodução do capital.

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríptico mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da privatização (do patrimônio estatal) (NETTO, 2012, 417).

No quesito qualidade de vida se manifesta uma contradição, pois ao mesmo tempo que se defende que o mercado com livre mobilidade garante uma melhor qualidade de vida por meio de uma melhora na eficiência e baixa no custo dos serviços, ocorre uma individualização da responsabilidade pela garantia da promoção do bem estar. É justamente em um contexto de corte de recursos e mudanças nas políticas sociais que ocorre o desenvolvimento de uma ideologia de culpabilização dos sujeitos pelas suas condições precárias. Ou seja, ao invés de combater a desigualdade sócia, o neoliberalismo tem penalizado as pessoas por suas condições de vida. Paralelo a aglutinação das expressões da “questão social” e da responsabilização dos sujeitos, se desenvolve a figura de um Estado penal e autoritário, funcional aos interesses de uma pequena fração burguesa. Frente a instabilidade do Estado Neoliberal e o clima de competição ocorre o avanço do neoconservadorismo e do fascismo pelo mundo.

Não é à toa que fazem tantas críticas a democracia nessa égide, o autoritarismo é em si um traço marcante dos Estados neoliberais, que centram o poder e a resolução dos conflitos nas mãos do executivo e judiciário. A liberdade política das massas fica reduzida a vontade de poucos, o ato de governar fica sob o domínio de uma pequena elite e dos seus gurus. Ou seja, não se trata de reduzir a intervenção do Estado, mas encontrar condições para direcioná-lo segundo os seus interesses de classe, o que só é possível com o estreitamento das instituições democráticas. A crítica a democracia faz parte da necessidade de despolitizar as relações sociais para legitimar as medidas regressivas.

Assim, “o que desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital” (NETTO, 2012, p. 88). Portanto, a importância da “reforma” do Estado e das políticas sociais reside na necessidade do capital de realocar os recursos públicos ao seu favor.

4 | DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO

O neoliberalismo é um fenômeno que vem se expressando em nível mundial, porém é reducionista e incorreto analisá-lo sem considerar as particularidades, existem elementos determinantes para analisar os contornos desse processo, como a formação histórica, a cultura, o tensionamento de classes e o poder econômico de cada país.

É relevante destacar que o desenvolvimento econômico no modo de produção capitalista é marcado por um movimento *desigual e combinado*, dessa forma, é errôneo pensar o processo de desenvolvimento capitalista nos países pautando-se por fases. O Brasil não teve seu crescimento industrial/urbano “atrasado”, mas um desenvolvimento subordinado aos ditames dos países imperialistas. Em outras palavras, o Brasil é um país periférico que carrega a marca histórica da *dependência econômica*.

Para Behring (2003), compreender o desmonte do Estado brasileiro nos anos 1990 e o processo de inserção do país na dinâmica contemporânea do capital, por meio da incorporação da política macroeconômica neoliberal requer considerar as condições gerais que lhe antecedem. Em sua análise, existe uma relação direta entre a contrarreforma neoliberal dos anos 1990, a estagnação econômica do país nos anos 80 e o processo de endividamento durante o período da ditadura militar no Brasil.

O “milagre” econômico durante a ditadura militar, período entre os anos de 1969 à 1973 que ficou conhecido pelo alto crescimento econômico, foi segundo Behring (2003) uma articulação do Estado brasileiro, da burguesia nacional e do capital estrangeiro.

A queda na taxa de lucro dos países centrais e o acirramento intercapitalista, durante os anos 1960-70, culminou na necessidade de transferência de capital monopolista para periferia como mecanismo de reestruturação do capital na busca por novos nichos de acumulação. É durante esse período, no qual o Brasil era governado de forma autoritária e

golpista por militares, que o país adota uma política econômica de cunho desenvolvimentista através da instalação de transnacionais, por meio da abertura de crédito externo, que culminou no crescimento econômico. Entretanto, o custo do desenvolvimento industrial submisso aos ditames imperialistas, no período da ditadura, foi a sujeição do país a acordos políticos que resultou no seu endividamento, a aceitação de juros flutuantes submeteu a capacidade de investimento nacional ao pagamento da dívida pública.

O colapso da dívida passou a contribuir com a sangria dos recursos públicos dos países periféricos para o financiamento da reestruturação produtiva dos países centrais. O Brasil ficou submetido a condição forçada de exportador de capital por meio do mecanismo dos juros flutuantes. Dessa forma, é importante entender a questão política que envolve as negociações do pagamento da dívida e os interesses capitalistas que estão na essência da atuação das organizações multilaterais imperialistas.

O endividamento dos países periféricos, dentre eles o Brasil, ganha um novo contexto com a adoção de uma nova política de juros dos EUA. Como consequência do acirramento intercapitalista, os EUA adotaram uma nova política monetária para retomar a hegemonia do dólar, aumentou bruscamente a porcentagem dos juros e reduziu o prazo dos pagamentos, o que gerou uma queda na taxa de exportação e estrangulamento das economias periféricas. Os anos 80 passa a ser conceituado como “década perdida” para os países latino-americanos, por conta da forte estagnação econômica do período. Essa situação comprometeu o futuro da economia brasileira, pois gerou uma contenção no mercado interno e dificultou a atuação do Estado, já que a incapacidade de investimento dificultou o desenvolvimento tecnológico do setor produtivo e culminou em uma condição de dependência econômica.

O descontrole inflacionário e a pressão em relação ao pagamento da dívida gerou uma situação de “ciranda financeira” no Brasil, através da emissão de novos títulos do tesouro a juros atraentes (BEHRING, 2003). Para Lupatini (2012) a dívida externa e interna se entrelaçam neste contexto, com a emissão de novos títulos ocorre um crescimento da dívida interna, que passa a valorizar capitais privados do setor exportador. A elevação da taxa de juros alimentou o processo inflacionário e teve como consequência um desequilíbrio no orçamento público do Estado brasileiro, gerando diversas expressões negativas nos anos 80, dentre elas: desemprego, produção voltada para exportação, empobrecimento e crise nos serviços públicos.

No Brasil, os anos 1980 é marcado por uma crise econômica gerada pelo desequilíbrio inflacionário e por um contexto de tensão política, motivada pelo avanço do movimento popular e pela fragmentação da burguesia brasileira, ambos processos resultaram no esgotamento da ditadura militar e no processo de redemocratização do país. A formulação da Constituição Cidadã neste período foi uma expressão da tensão política entre o movimento operário/popular e a agenda liberal das elites políticas. Para Behring (2003), apesar dos ganhos significativos da classe trabalhadora no processo de

redemocratização do Brasil, esse momento é permeado por contradições e esteve sob o controle da elite conversadora brasileira que temia a emancipação dos trabalhadores.

O contexto de estagnação econômica e hiperinflação dos anos 80 foram a base para a hegemonia do projeto neoliberal nos anos 90. Como supramencionado, o endividamento e a recessão econômica nos países periféricos foram o caminho para o avanço do neoliberalismo. As instituições multilaterais, representantes do grande capital, passaram a aceitar o neoliberalismo para os países devedores como medida para combater a inflação e atrair capital estrangeiro.

Segundo a análise de Behring (2003), a transição democrática e a estrutura industrial do Brasil foram condicionantes para adesão do país a agenda neoliberal, bem como, o “atraso” dessa inserção custou a potencialização dos efeitos. “O fim da ditadura militar e as contradições da transição democrática, que criam as condições econômicas, políticas e morais” (BEHRING, 2003, P.148) para a contrarreforma do Estado brasileiro nos anos 90, o custo foi regressão das conquistas democráticas dos anos 80.

O desfecho do pleito eleitoral de 1989, etapa tão esperada do processo de democratização, e mais um momento do embate entre os projetos societários antagônicos que foram se delineando e aprofundando ao longo dos anos de 1980, favoreceu, por uma diferença pequena de votos, a candidatura à presidência que defendia explicitamente as “reformas” orientadas para o mercado (BEHRING, 2003, p 149).

A década de 1990 se inicia com a vitória de Collor e uma forte crise econômica no país, gerada pelo agravamento da situação inflacionária, o então presidente passou a desenvolver um programa de governo pautado em reformas estruturais orientadas para o mercado como meio para derrotar a situação da alta inflação. Porém, não obteve ganhos e a situação econômica do país ficou marcada por oscilações.

Para Behring (2003), o erro econômico central do governo Collor foi desconsiderar o caráter político que envolvia a inflação, ele estimulou a concorrência através da abertura comercial desconsiderando a situação de desvantagem do país, estimulou a concorrência sem pensar uma política concreta em relação ao endividamento, ou seja, sem capacidade orçamentária para investir em tecnologia e educação, o que gerou desemprego e falências. Criando uma situação de “solidão política” no cenário mundial de negociações (BEHRING, 2003, p. 152).

O cenário econômico e político culminou na renúncia de Collor dois anos após sua posse presidencial. Em 1992, o primeiro presidente eleito depois do período ditatorial, Collor, renunciou o seu cargo após a abertura de um processo de *impeachment* que tinha como acusação crimes de corrupção. Esse contexto, gerou um ambiente social de desconfiança na política e na democracia, que reverteu as tendências da década de 1980 e deu base para implementação de uma pauta regressiva no país (BEHRING, 2003). Após a renúncia, seu vice Itamar Franco assumiu a presidência.

O interregno Itamar Franco será palco de avanços limitados, no que se refere à legislação complementar à Constituição de 1988, a exemplo da Lei Orgânica da Assistência Social. Mas será também o momento de articulação da coalizão conservadora de poder constituída em torno de Fernando Henrique Cardoso, então à frente do Ministério da Fazenda, onde foi formulado o plano de estabilização protagonizado pela nova moeda: o real (BEHRING, 2003, p.154-155).

Depois de inúmeras tentativas, o plano real organizado por FHC foi o que mais surtiu efeito em relação a inflação, porém proporcionou uma condição geral de recessão no país. O plano renegociou dívidas velhas com organismos internacionais para tornar possível novos empréstimos, à contrapartida foi desregulamentação e desmonte do Estado brasileiro. A abertura comercial passou a surtir efeitos e atrair capitais, impactando positivamente na inflação, porém essa política econômica destruiu a autonomia monetária do país.

Como argumenta Harvey (2014), a liberalização não produz uma situação harmoniosa, mas desigualdade social e instabilidade econômica. O enfraquecimento dos Estados periféricos e a desnacionalização de suas economias, levam as empresas nacionais a falência, pois estas não tem condições de competir com as transnacionais (SANTOS, 2012). Os acordos feitos com as organizações multilaterais para legitimar plano real e equilibrar a inflação, envolveu a desregulamentação e a liberalização da economia brasileira, o que foi um caminho para exigência da reconfiguração do Estado.

O câmbio flutuante agravou a situação de endividamento do país e a dívida pública foi o caminho para imposições regressivas do FMI, que colocou o orçamento público brasileiro à mercê de uma política econômica de ajuste fiscal permanente, voltada para os interesses do grande capital. Como aponta Lupatini (2012), diante da crise e da política de juros adotada pelos EUA, a escolha política do Brasil foi optar por uma política macroeconômica pautada no arrocho fiscal e em reformas estruturais. Outrossim, o endividamento gerado para o investimento produtivo não produziu crescimento interno, o que afundou o país em uma situação de estagnação econômica.

O controle inflacionário garantido pelo plano real legitimou a agenda econômica e política de FHC nos anos 90, o “articulador e intelectual orgânico da contrarreforma” do Estado brasileiro (BEHRING, 2003, p.155). A partir da década de 1990, o Estado brasileiro, enquanto condição de país dependente, passa a responder as novas exigências estruturais do capital. Para isso foi fundamental o redimensionamento dos recursos públicos a nova dinâmica de acumulação do mercado financeiro. O Estado intensifica seu apoio ao capital através do desmonte das políticas sociais e da abertura para privatização dos serviços, que em grande parte, é financiado pelo dinheiro público ora canalizado através da dívida.

Behring (2003), enfatiza que o Plano Diretor da Reforma do Estado, aprovado em 1995, não se tratava apenas de mudanças na administração do funcionalismo público, mas de uma abertura do Brasil para as medidas neoliberais e para consolidação de uma condição de ajuste fiscal permanente. Ou seja, a partir dos anos 1990 o Brasil adota uma

política econômica totalmente voltada aos interesses do mercado financeiro e agenda neoliberal.

A política macroeconômica neoliberal passa a ser hegemônica no Brasil a partir da aprovação do Plano Diretor da Reforma do Estado, sendo sustentada por uma ideologia que afirma que o crescimento econômico está interligado com a garantia de credibilidade, em outras palavras, ser um bom pagador da dívida pública.

O discurso de gestão neutra legitimou muitas injustiças, como discute Paulani (2003). Pois passa a se legitimar na sociedade um discurso de que só existe uma matriz de política macroeconômica, científica e correta, independente de qual seja a ideologia e campo político do governo. Para se fazer uma boa gestão o governo deve se submeter aos princípios neoliberais para conseguir desenvolver economicamente o país. E é justamente a tal política econômica científica que legitima a circulação do capital financeiro. A ideologia afirma que o crescimento econômico está interligado com a garantia de credibilidade, mesmo que essa credibilidade custe sacrifícios, como direitos, políticas sociais e vidas. Pois se o país “gasta demais” com o social, ele põe em risco sua credibilidade e a fetichização da mercadoria.

Tecendo duras críticas ao populismo e a burocracia, as justificativas para legitimar a reforma do Estado em 1995 trouxeram como pauta central a preocupação com a cidadania, caracterizando o desmonte das garantias sociais como necessário para o desenvolvimento do país por meio da sua inserção na dinâmica mundial. Ou seja, utilizou-se de argumentos da teoria neoliberal, na qual relaciona desregulamentação com desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida.

Entretanto, como aponta Behring (2003), a preocupação social tratou-se apenas de uma grande desculpa para legitimar a reforma neoliberal, a prova de tal contradição reside no fato de que a desregulamentação deixou a economia do país à mercê da especulação do mercado financeiro, de forma que todo esforço de redução de custos preconizado pelo “ajuste” fiscal permanente e desmonte das proteções sociais escoou pelo ralo da dívida pública.

Bem como, o processo de privatização das estatais brasileiras expressou a vulnerabilidade orçamentária do Brasil frente aos anseios imperialistas. As privatizações contribuíram com o mercado através da retirada do Estado de suas funções produtivas e da apropriação de capitais a custo baixo, o que revelou a vulnerabilidade da execução orçamentária do país em relação a dinâmica externa, o patrimônio público foi entregue ao capital por meio da venda de estatais.

O processo de privatização abriu novos campos de lucratividade para os países centrais, pela lógica da acumulação via espoliação, a privatização se tornou um novo campo para investir capital superacumulado e gerar novos nichos de valorização. O que acarretou, ao mesmo tempo, acumulação de capitais e desigualdade. A capacidade produtiva do Estado foi entregue ao mercado, a abertura de importações quebrou as

empresas nacionais e a produção rural, transferindo ativos e recursos naturais a preço reduzido (HARVEY, 2014).

Apesar das justificativas para legitimação do neoliberalismo no Brasil fazerem uma relação errônea entre má administração do Estado e necessidade de medidas regressivas nos sistemas de proteção social, a essência que move a reconfiguração do Estado brasileiro nos anos 90 é a reação do capitalismo ao ciclo depressivo. A hipertrofia do Estado garante o maior controle sobre os rendimentos do fundo público, o que proporciona garantias econômicas aos processos de valorização e acumulação (IAMAMOTO, 2008). Em outras palavras, a “reforma” neoliberal dos Estados é uma resposta do capitalismo em busca da reprodução ampliada do capital.

5 | CONCLUSÃO

A liberalização de crédito para países periféricos nos anos 1970 foi funcional as economias centrais, pois possibilitou novos terrenos de acumulação a custo reduzido. O endividamento dos Estados-nações foi uma peça chave para o desenvolvimento do neoliberalismo, pois a dívida pública se tornou o caminho para a pressão fiscal dos organismos multilaterais, já que a “reforma” do Estado se tornou um critério para inserção no mercado e liberalização de crédito. Ou seja, interesses capitalistas estão na essência das ações dos organismos multilaterais, a “reforma” do Estado pautada em valores neoliberais contribui para o redimensionamento dos recursos públicos, que passa a contribuir com a valorização do mercado financeiro e por tanto, com a reprodução ampliada do capital através do pagamento da dívida pública.

A política macroeconômica neoliberal pautada no ajuste fiscal permanente adotada nos anos 1990 foi uma tragédia no campo social, pois significou o desmonte orçamentário da Seguridade Social, o que retrocedeu conquistas da redemocratização e agravou as condições sociais dos brasileiros. Dentre as expressões negativas, Behring (2003) destaca o aumento da violência urbana, do desemprego, da precarização das relações do trabalho e uma baixa na renda *per capita* dos brasileiros que contribuiu com o aumento dos níveis de pobreza e desigualdade social.

REFERÊNCIAS

ADAMS, José Rodrigo Barth; PFEIFER, Mariana. **O Estado ampliado de Gramsci**. Revista Mosaico Social, 2006. Disponível em: <https://cienciassociais.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-162.pdf>. Acesso em: 27. Fev. 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 127-212.

ENGELS, Fridrich. A origem da família, da propriedade e do Estado (Trad. de H. Chaves). Portugal: Livraria Martins Fontes. p. 45-65.

HARVEY, David. **A breve história do neoliberalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p.75-96.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo, edições Loyola, 2014. p. 115-149.

IAMAMOTO, Mariilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 93-128.

LUPATINI, Márcio. **Crise do capital e dívida pública**. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara. (Org). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012. P. 59-93.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). São Paulo: Boitempo, 1998.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 19-34.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. n. 111. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 73-99.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 211-243.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula. **Revista de Economia Política**, 2003, vol.23, dez. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/92-4.pdf>. Acesso em: 01 de maio. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206

Alagoas 5, 7, 115, 117, 118, 123, 125

América Latina 41, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 181, 192, 238

Ativismo 9, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229

B

Biopoder 6, 23, 25, 27, 28

Brasil 8, 5, 6, 11, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 29, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 56, 62, 63, 65, 79, 87, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 100, 101, 114, 138, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239

Bumba meu boi 7, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 113, 114

C

Capital 4, 17, 20, 31, 61, 82, 118, 125, 126, 127, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 169, 170, 171, 180, 181, 190, 195, 202, 232, 234, 235

China 9, 62, 190, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246

CNPIR 9, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230

Controle Social 7, 24, 27, 55, 58, 64, 67, 68, 70, 76, 77, 215

Coronavírus 7, 62, 63, 65, 115, 233, 239

Crimeia 9, 240, 241, 242, 246, 248, 249

Cuba 9, 134, 135, 138, 139, 141, 143, 144, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

D

Democracia 7, 9, 51, 52, 53, 65, 67, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 154, 156, 213, 214, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235

Desenvolvimento 6, 8, 1, 2, 6, 9, 11, 13, 15, 20, 40, 42, 44, 45, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 79, 80, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 98, 103, 118, 128, 129, 130, 131, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 163, 169, 170, 177, 180, 181, 183, 196, 197, 200, 205, 207, 210, 211, 212, 217, 233, 234, 238, 246, 253

Desigualdades 7, 9, 20, 49, 57, 63, 115, 118, 168, 198, 199, 201, 202, 209, 232, 233, 236, 237

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 69, 72, 76, 78

Educação do campo 35, 39, 40

Envelhecimento 8, 172, 173, 174, 175, 181, 191

Estado 7, 8, 1, 2, 3, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 43, 44, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 136, 142, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 167, 173, 175, 180, 182, 183, 184, 185, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 215, 221, 222, 224, 226, 227, 229, 235, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

F

Famílias 8, 38, 84, 85, 87, 89, 96, 117, 173, 177, 178, 179, 180, 188, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 72, 174, 245

Geografia Cultural 103, 104, 105, 107, 113, 114

Gestão Democrática 8, 54, 64, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170

Guerra Híbrida 9, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

LGBTI 46, 48

Liberdade 7, 16, 18, 42, 45, 50, 128, 129, 134, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 154, 167, 168, 171, 198, 200, 202, 214, 216

Luta 6, 7, 5, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 84, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 151, 170, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229

M

Maranhão 5, 7, 12, 45, 80, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 167

Mobilização Política 7, 92, 93, 94

Movimentos Sociais 5, 6, 5, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 68, 69, 76, 77, 79, 87, 95, 96, 97, 99, 213, 215, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229

Mulheres 6, 13, 18, 21, 25, 27, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,

48, 49, 50, 51, 52, 53, 72, 73, 104, 106, 126, 174, 176, 218, 219, 225

N

Negócios 7, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 153, 183, 246

Neoliberalismo 150, 153, 154, 156, 159, 160

P

Paisagens Culturais 7, 103, 104, 108, 113

Pandemia 7, 11, 55, 62, 63, 64, 66, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 126, 172, 180

Participação Social 9, 5, 56, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 226, 227, 228, 230

Patriarcado 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 48, 50, 51

Piauí 5, 6, 7, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 101, 172, 193, 202, 203

Planejamento 6, 8, 2, 6, 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 118, 124, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 217, 237

PNAS 8, 173, 177, 203, 204, 205, 207, 210, 211

Pobreza 8, 55, 57, 71, 76, 78, 95, 159, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 223, 224, 244

Poder 2, 5, 14, 17, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 64, 67, 69, 70, 107, 118, 131, 132, 136, 145, 151, 154, 157, 162, 164, 165, 170, 174, 175, 215, 217, 226, 228, 230, 234, 235, 239, 242, 245

Política 2, 5, 6, 7, 8, 3, 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 69, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 136, 137, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 185, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 238, 240, 243, 244, 247, 248, 249, 253

Políticas públicas 7, 1, 2, 7, 39, 40, 44, 46, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 98, 99, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 188, 194, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 228

Previdência 36, 117, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 205, 225

Proteção social 8, 150, 153, 159, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Q

Quilombolas 7, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

R

Recoopsol 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Reforma Agrária 7, 18, 36, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 235, 237, 238

Representatividade 6, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 119, 126

Rural 35, 40, 41, 45, 56, 65, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 159, 167, 170

Rússia 240, 242, 243, 246, 248, 249

S

Socialismo 50, 160, 232, 234, 236, 237, 238

T

Território 1, 3, 4, 6, 8, 9, 24, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 89, 95, 96, 101, 105, 116, 166, 169, 176, 178, 206, 210, 246, 249

Trabalho 5, 8, 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 25, 36, 37, 41, 46, 63, 65, 67, 68, 81, 92, 93, 97, 100, 103, 104, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 134, 136, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 183, 189, 190, 192, 195, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 223, 231, 232, 233, 236, 237

U

Ucrânia 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 251

V

Violação de direitos 173, 175, 176, 178, 179, 180, 194, 197, 200

Violência 8, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 44, 50, 89, 111, 159, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 198, 200, 201, 202, 221, 222, 226, 235, 243, 245, 249

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 